



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (De) Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011

Universidade Federal da Bahia

Homoparentalidade Lésbica: a construção da maternidade através de reprodução assistida *

Lídia Marcelle Arnaud Aires¹

Núcleo de Pós Graduação e Pesquisa em Antropologia - UFS

lidiaarnaud@hotmail.com

Christine Jacquet

Núcleo de Pós Graduação em Antropologia – UFS

jojokiki@ig.com.br

Família: do singular ao plural

No filme *A Excêntrica Família de Antônia* (1995), assistimos à história de Antônia (protagonista) com a família que ela constitui numa pequena cidade da Holanda, após a Segunda Guerra Mundial. Além de sua filha Danielle (que opta por ter um filho mantendo-se solteira e mais tarde se apaixona pela professora de sua filha), a família de Antônia é composta por diversos personagens que de maneira inusitada passam a configurar uma família extensa (independente do vínculo consanguíneo), baseada em sentimentos e situações diferentes do que estamos acostumados a relacionar à família como instituição, conferindo a excentricidade que aparece no título do filme.

A excentricidade da família de Antônia está na ficção, mas na vida real temos nos deparado com arranjos familiares igualmente excêntricos se tomamos como referência o

* A discussão deste artigo faz parte da pesquisa em andamento financiada pelo CNPq sob a coordenação da Professora Doutora Christine Jacquet, Homoparentalidade lésbica: a construção da maternidade através de inseminação artificial.

¹Bolsista Capes.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

modelo de família percebido como legítimo e desejável por nossa sociedade e que obscurece outras organizações familiares que coexistiram ao longo da nossa história, mas que nem sempre foram reconhecidas.

Pensando nas comunidades populares urbanas brasileiras podemos nos remeter àqueles arranjos familiares apontados por Almeida (2004) que surgem a partir da coabitação de parentes na tentativa de driblar a falta de moradia, de assegurar os cuidados ao bebê cuja mãe é solteira ou ao idoso que necessita de assistência financeira. Há ainda os casos de “circulação de crianças” gerada por dificuldades principalmente financeiras que impelem os pais a deixarem a criança ou adolescente morando com outro parente.

Podemos citar também como exemplos desta diversidade de arranjos a família monoparental, aquelas chefiadas por mulheres e os casamentos inter-raciais como algumas das configurações familiares possíveis. Enfatizemos aqui a visibilidade que têm experimentado as famílias formadas a partir de parcerias homoeróticas² que emergem muita celeuma tanto na sociedade abrangente, como nas comunidades *gays* e lésbicas. As dissensões e/ou conflitos que fazem parte destas famílias dizem respeito aos diversos valores, elementos culturais e convicções que ela passa a reordenar, questionar, reivindicar e/ou se opor.

Considerando o universo homossexual, existem os indivíduos ou grupos que contestam o casamento *gay* por achar que é uma forma de sucumbir à lógica de dominação heterossexual (valorização da família nuclear), que oprimiu *gays* e lésbicas durante anos, em contraposição aos que percebem este tipo casamento como uma maneira de subverter a ordem patriarcal, ressignificar amor, família, sexualidade e até mesmo poder (Castro, 2007). Neste sentido, estaríamos diante de uma “dívida ambivalente”, como sugere Butler(2003).

Frente a um contexto de modificações em que a diversidade é a marca da sociedade, pode-se falar não de família, mas de famílias no plural, já que a fixidez

²Aludimos aqui à proposta de Costa (1992) de usar tal vocabulário para substituir homossexualismo, entre outras questões, por este último remeter ao contexto médico-legal, higienista e psiquiátrico no qual foi gerado.



outrora presente no modelo patriarcal, por exemplo, cede lugar a características que fogem à “ortopedia” almejada pela sociedade abrangente.

Conforme afirma Cadoret (2002), os diversos tipos de família que presenciamos hoje nos leva a refletir sobre o fundamento implícito na nossa concepção de família seja individualmente ou coletivamente. No primeiro caso porque cada um de nós está vinculado a uma relação de filiação ou aliança e, no segundo caso, devido ao fato de visualizarmos vários personagens políticos conduzidos a decidir que tipo de organização familiar aceitamos ou não. Nesse sentido, a família homoparental pode ser tomada como um bom caminho para esta reflexão.

Nossas reflexões têm como objeto a família homoparental³ originada a partir de um par lésbico que recorre às técnicas da reprodução assistida para concretizar o desejo de família.

Quando o par é ímpar

Se há dificuldade em eleger uma definição consensual de família, embora as tentativas sejam inúmeras (bem como os arranjos que propõe nomear) podemos aqui seguir Anne Cadoret (2002) no que se refere a uma definição mínima de parentesco que pode ser mais eficiente para o que pretendemos:

‘lesystèmequiattribuedes enfants à desparents – et desparents à des enfants. Il combine différemment selon les époques et les cultures trois éléments: l’alliance, la filiation, la résidence. (...). À chaque culture, pour chaque époque et chaque lieu, d’élaborer le permis et l’interdit, le possible et l’insupportable(...)’. (Ibid, 2002, p.10)

A referida autora lembra as diversas construções que podem ser realizadas a partir destes três elementos, sendo que a partir de um fato biológico simples – um homem e uma mulher que concebem uma criança – diferentes sociedades tiram diferentes consequências, sem postular uma adequação “natural” entre pai e genitor e

³ Equivalente da língua portuguesa para o termo *homoparentalité*, neologismo criado pela Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas (APGL), fundada em 1986, na França. (Mailfert, 2002).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

mãe e genetriz. Considerando os três principais elementos apontados acima, nos debruçaremos sobre a família homoparental, na qual estes elementos são articulados de maneira inusitada e cujo ponto de partida não se localiza no esquema pai e mãe unidos pelo laço matrimonial, mas duas mães unidas pelo afeto.

Françoise Heritiér (2000), em *A Coxa de Júpiter*, nos revela como diversas sociedades já utilizaram as possibilidades de filiação que para nós seriam novidades trazidas pelas novas tecnologias reprodutivas. No entanto, devemos considerar que estas novidades da reprodução humana a partir do laboratório surgem numa sociedade regida por uma heteronormatividade onde as diferenças de gênero fazem toda a diferença na constituição da família e do parentesco, afastando-se, desta maneira, daquelas sociedades estudadas pela referida autora. Na medida em que casais homoafetivos abalam a ordem heterossexista a partir da apropriação de um aparato pensado como auxílio para casais heterossexuais diante da ausência involuntária de filh@s as consequências vão além daquelas vislumbradas entre os Samo.

Parindo possibilidades: família homoparental

De acordo com Martha Mailfert (2002) a família homoparental pode ser composta por pelo menos quatro maneiras:

1) elle peut être issue d'une recombinaison familiale avec un partenaire de même sexe après une union hétérosexuelle ou 2) s'établir avec un système de coparentalité dans lequel des gays et des lesbiennes (il s'agit généralement de couples et non d'individus seuls) s'accordent pour avoir un enfant qui évoluera entre leurs deux foyers; 3) elle peut résulter d'une adoption, ou enfin 4) d'un recours à la procréation médicalement assistée (PMA).

(Ibid, 03)

Qualquer que seja a maneira escolhida pela díade lésbica para estabelecer uma família, apesar dos entraves legais e da ausência de reconhecimento social advindo do preconceito vivenciado sob diversas formas, a vontade de ser mãe acaba se concretizando. No entanto, para as lésbicas apresentam-se várias questões que para as



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

mulheres heterossexuais já estão, muitas vezes, previamente resolvidas. Como aponta Herrera (2007), ao aventar a possibilidade de ter filh@s, uma lésbica é tomada por uma série de interrogações: há ou não o desejo de ficar grávida, se quer ou pode adotarfilh@, se @ filh@ terá seu sangue, se quer que se pareça com sua parceira ou não, como cuidará dele (só ou com sua parceira) e se as duas serão mães. Concretizada a maternidade, segue a etapa de determinar e exercer os papéis, de combinar a identidade lésbica com a maternidade, de definir as tarefas e criar estratégias para que as duas possam desempenhar o papel de mãe, se for o caso.

Deve-se considerar também que as lésbicas que recorrem à reprodução assistida pretendem elaborar e executar projeto parental que se baseia no desejo de conceber juntas, de dar origem a uma família com vínculos consanguíneos. No entanto, este projeto pode ser problemático, num certo sentido, visto que como sugere Cadoret (2002):

“à la différence d’un couple hétérosexuel les sont – théoriquement – complètement en position d’interchangeabilité dans leur accès à la maternité? Cette identité de sexe, souhaitable dans une optique égalitaire au niveau de l’organisation de la vie quotidienne, complique la décision de entrée en maternité, l’entrée en maternité de l’un n’entraînant pas obligatoirement l’entrée en parenté de l’autre comme dans le couple hétérosexuel”. (Ibid. 2002, p.148)

Esta identidade de sexo, num casal que, na maioria dos casos, pretende-se igualitário, acaba por instaurar uma diferença a partir da maternidade consanguínea cujo desejo e valorização é cotidianamente reforçado pela sociedade e alimentado pelo mercado da reprodução assistida, conforme coloca Ramirez-Galvéz (2003).

A percepção da maternidade como algo quase que sagrado e realizado através de um par heterossexual que tem em seu poder a reprodução biológica e social, configura-se como o modelo socialmente aceito para dar origem a descendentes, ao passo que o homoerotismo é percebido como uma aberração, algo que vai de encontro às leis divinas, às leis naturais e contra a moral da maior parte da sociedade. Assim sendo, os casais de lésbicas acabam por constituir um “paradoxo” ao reunir o que o senso comum e as normas sociais separam: homoafetividade e maternidade. Isto, de algum modo, interfere na construção desta maternidade e da família que ela dá origem.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Diante da escolha que o aparato biológico impõe ao casal, a decisão por elas tomada a fim de ter herdeiro@s da sua carne e de seu sangue implica em outras providências e decisões a serem tomadas de modo a estabelecer laços de parentesco para aquela que por ventura tenha ficado fora do vínculo biológico sobre o qual é mais “fácil” e aceitável socialmente assentar a construção da maternidade. Ou seja, à bifurcação que está no início do caminho para a maternidade lésbica (quem gestará a criança?) sucedem bifurcações igualmente importantes, visto que o “parto” de uma mãe social exige cuidados e recursos minuciosos e especiais quando se rompe com o esquema convencional mãe-pai-filho@.

Neste sentido, o estudo sobre a lesbiparentalidade que se constrói a partir das técnicas de reprodução assistida não só permite abordar as consequências da reordenação dos termos do parentesco, como também perceber a diferença que se manifesta quando o “casal parental” coincide com o “casal conjugal” - ou seja, quando os cônjuges são também os pais da prole - e há ausência de diferença do aparato sexual, o que não ocorre nos casos de família recomposta, por exemplo. A homoparentalidade é deste modo, construída a partir da conjugalidade e do ponto de vista de casais que tiveram um ou mais filhos dentro de um quadro de vida homossexual, sem se remeter a um universo heterossexual anterior, como ocorre nos casos de famílias recompostas ou de coparentalidade, conforme observa Virginie Descoutures (2010):

“Le choix de porter l'enfant doit bien être compris comme une volonté commune et s'inscrit dans l'histoire conjugale des individus. C'est pour quoi l'entrée par le couple conjugal est intéressante, parce qu'elle oblige à repenser les termes de la parenté et de la parentalité dans des configurations familiales ou couple et procréation d'une part, sexualité et procréation d'autre part, sont vraiment dissociés”. (Ibid, p. 41)

No caso dos casais de lésbicas temos conjugados o casal, a procriação e sexualidade, ainda que este segundo elemento tenha sofrido fragmentação, já que a procriação é deslocada da alcova para o laboratório (Ramirez-Galvez, 2003) Isto reforça a importância do papel que as novas tecnologias reprodutivas conceptivas assumem não só para os casais heterossexuais que tentam superar a infertilidade de um dos parceiros como para os homossexuais cuja infertilidade resulta da igualdade de aparelho



reprodutor saudável (salvo as exceções). Nesse sentido, lembramos da reflexão de Hérítier (1996) que elege a diferença entre os sexos como fundante de todo pensamento, tanto tradicional quanto científico. Segundo a referida autora, os corpos e o meio no qual eles estão mergulhados são o ponto de partida para as reflexões dos homens desde a emergência do pensamento, o corpo humano é lugar de observação de constantes, apresentando um traço notável que é a diferença sexual e o papel diferente dos sexos na reprodução. Diferença esta, ressaltamos, que não aparece no casal de lésbicas e que faz de duas mulheres saudáveis um casal estéril.

Há pesquisas que revelam o desejo expresso por informantes que recorrem à reprodução assistida de não ter que dividir a criança com outra entidade familiar, seja uma família recomposta ou coparentalidade, de forma a preservar a família estabelecida pelo casal de interferências de uma terceira ou quarta pessoa. Sobretudo deve-se levar em consideração que o casal de lésbica que recorre às novas tecnologias reprodutivas está também reivindicando a autonomia para criar uma família ao seu modo, sem ter que se remeter, na medida em que isto é possível, a um quadro heterossexual.

Das intercorrências na gestação da pesquisa às complicações no parto dos dados

A pesquisa empírica vem sendo realizada na cidade de Aracaju⁴, que conta com os serviços de duas clínicas especializadas em reprodução assistida. Ambas as clínicas tem casais de lésbicas como pacientes. Segundo informações das funcionárias que entrevistamos e que forneceram informações valiosas para as reflexões deste trabalho, a orientação sexual não se apresenta como empecilho para que os médicos realizem o tratamento de fertilização, desde que observadas as normas dos conselhos regional e federal de medicina. Assim sendo, alguns casais não realizaram o tratamento porque insistiam em ter bebês a partir do o óvulo de uma delas (fecundado por sêmen de doador anônimo) implantado no útero da outra, procedimento este não permitido.

⁴Capital do estado de Sergipe, localizada no litoral do mesmo, conta, segundo dados do IBGE, com 571.149 habitantes e 181.856 km² de extensão territorial. Dados de 2010, disponível no site www.ibge.gov.br.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

A busca por informantes iniciou-se através do contato com conhecidos que mencionavam algum casal de lésbica que tinha filh@s. No entanto este caminho não se mostrou muito frutífero visto que os casais indicados tinham filh@s oriundos de uma relação heterossexual anterior de uma das parceiras. Diante deste caminho infértil, decidimos procurar as clínicas de fertilização na tentativa de que elas intermediassem o contato, respeitando o sigilo sobre a identidade das pacientes até que elas autorizassem a revelá-la.

Das primeiras incursões no campo resulta uma importante questão que devemos trabalhar, além dos objetivos descritos no início destas páginas: há um número razoável de lésbicas que procuram os serviços destas clínicas, no entanto estas pacientes buscam invisibilidade, apesar da gravidez não ser algo que possa ser invisibilizado por muito tempo. O reflexo disso se apresenta na dificuldade em encontrar informantes dispostas a conversar sobre o assunto. Assim sendo, procuramos aproveitar o máximo de informações oferecidas pelas funcionárias das clínicas e pelas informantes com as quais conseguimos estabelecer contato.

Esse silêncio pode ser interpretado como um traço característico da comunidade lésbica, de acordo com o que coloca Heilborn (2004)) ao afirmar que a linguagem que caracteriza a cultura lésbica, assim como a sensibilidade é a invisibilidade. No entanto, sendo a cidade pequena, não é difícil identificar as pessoas das e com as quais falamos. Exemplo disso é o caso de um casal que foi mencionado várias vezes por pessoas diferentes por se tratar de duas pessoas “públicas” e apesar disso preferem se resguardar no “anonimato”. Por outro lado pode ser uma maneira de proteger a si e a sua cria não apenas do preconceito da sociedade, mas também do escrutínio de uma pesquisa.

Para Martha Mailfert (2002) existem estratégias positivas e negativas utilizadas pelos atores da família homoparental a fim de constitui-la preservá-la. Uma das estratégias negativas, segundo a autora, é esta invisibilidade, uma invisibilidade pública como uma forma de se proteger do olhar dos “normais”, preferindo dissimular este papel e viver no segredo, no “não-dito”, escondendo sua situação familiar a fim de não reforçar sua estigmatização.



Um dos casais que nos recebeu, todavia, faz uma reflexão diferente. Uma delas, durante uma conversa, se mostrou incomodada com esta postura, alegando que à medida que elas mostram como é sua relação com a parceira e com a maternidade estão mostrando uma maneira de viver que pode não condizer com o que a sociedade espera de uma mulher, mas é uma forma possível e que não tem nada de feio ou que deva inspirar preconceito. Complementou afirmando que a divulgação de uma pesquisa como esta seria até mesmo um caminho para atenuar o preconceito da sociedade abrangente para com elas.

Howard Becker (1991), nos seus estudos sobre grupos desviantes chamou a atenção para esta dificuldade em trabalhar com estes tipos de grupos, cujos reflexos muitas vezes se concretizam em trabalhos com teorias falhas visto que não se tem estudos que forneçam descrições ou fatos sobre as existências dos desviantes, tais como elas são vividas, ou há um número muito reduzido de estudos. Deste modo, coloca o autor:

“Não é fácil estudar desviantes. Como são considerados outsiders pelos demais membros da sociedade, e como eles próprios tendem a considerar os demais integrantes da sociedade outsiders, o estudioso que deseja descobrir os fatos acerca do desvio tem uma substancial barreira a transpor antes que lhe seja permitido ver o que precisa”. (Becker: 1991, p.171)

Para além desta barreira do sigilo, que em algum momento chega a ser transposta, no que diz respeito às maternidades das informantes em questão pudemos constatar alguns indícios passíveis de serem caminhos para conclusões, embora a pesquisa ainda esteja em andamento.

A busca pela reprodução assistida, em detrimento das outras maneiras de se conceber um filho numa relação homoafetiva, deve-se, entre outras coisas, ao desejo de evitar a interferência de outras pessoas na educação da criança, ao desejo de autonomia no exercício da maternidade que é um projeto acalentado durante algum tempo até que seja posto em prática. Durante a concepção do projeto, são realizadas negociações e partilhas, elaboram-se estratégias para assegurar que a maternidade seja concebida de modo a contemplar o desejo de ter filhos de ambas as partes. Isto fica claro quando



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Paula⁵ relata as reflexões dela e de sua parceira e quando se refere a uma discussão na sua família de origem sobre quem seria a mãe do filho, que sobrenome constaria na certidão de nascimento e quem teria direitos sobre ele:

“eu acho que... não cabe a ninguém, a não ser a mim e a Nadine, resolver, já que a gente... eu fiz isso com Nadine, foi uma decisão minha e dela, ninguém sabia, ninguém sabia! Foi uma decisão minha e dela! (...) Então, independente de qualquer coisa, é uma decisão minha e dela! Do sobrenome de quem, isso... besteira! Besteira, bobagem, porque eu podia botar qualquer sobrenome, até o seu, e Pedro não ia deixar de ser meu filho!”

Tendo sua maternidade assegurada pelos vínculos consanguíneos, a mãe biológica se dispõe a estabelecer com a parceira, vínculos entre esta e a criança, seja nas atividades maternas, domésticas ou sociais. No caso da informante supramencionada, isso ficou evidente quando ela e sua parceira cogitaram a possibilidade de adoção por parte da mãe não biológica. Face à burocracia que este processo demandaria, elas optaram por atribuir ao filho o sobrenome da mãe que não dará seu gene à criança, estratégia utilizada como forma de permitir que esta se sinta mãe e que sua maternidade seja socialmente reconhecida. Esta decisão foi o que instaurou a celeuma na família de Paula, que temia a perda da criança para sua parceira e resultou na fala reproduzida acima.

Outro ponto a ser pensado na homoparentalidade lésbica diz respeito a ligação entre a maternidade, conjugalidade e família. Tem-se o fortalecimento do vínculo conjugal e afetivo entre as parceiras e o estreitamento da relação com suas famílias de origem quando passam a nutrir o projeto parental. Os casais demonstram companheirismo acentuado que é claramente revelado na dedicação a este projeto. Por se tratar de uma gestação que precisa superar entraves biológicos e sociais acaba por fortalecer a relação de parceria visto que as duas se empenham em garantir que a maternidade se concretize.

Nos casos das famílias de origem, passado o estranhamento de saber que a filha é casada com outra mulher e está grávida (algo que pareceria impossível) percebemos

⁵Os nomes próprios aqui utilizados são codinomes utilizados para preservar o anonimato das informantes de das pessoas por elas mencionadas.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

uma tendência é acolher a ideia, o bebê e a parceira que de uma maneira ou de outra passa a ter um vínculo mais forte com esta família através da gestação de descendentes, correspondendo aos desejos que a sociedade impõe e as famílias acalentam.

Apesar das dificuldades enfrentadas durante o trabalho de campo, as informações obtidas através das entrevistas com funcionárias das clínicas e mães lésbicas somadas à pesquisa bibliográfica nos permitem enxergar a homoparentalidade lésbica engendrada pelas técnicas de reprodução assistida como representativa de uma possibilidade a mais de família que embora suscite conflitos por se tratar de um casal na ausência de diferença sexual e invisibilizada pelo estigma que a sociedade lhes imputa consegue construir de maneira bem sucedida a família tão almejada.

Seja por um desejo de descendência, desejo de atenuar o estigma carregado pela orientação sexual ou qualquer outro desejo que fecunde a maternidade, o fato é que a maternidade lésbica demonstra que diante da diversidade de arranjos familiares que temos observado seja sociedades tradicionais longínquas seja na nossa própria sociedade, este é mais um exemplo da diversidade de práticas exercidas que merece ser observado e estudado na medida em que nos faz refletir, entre outras coisas, sobre a tríade filiação- aliança- sexualidade ao conjugá-la de uma forma diferente daquela configurada pela sociedade abrangente. Observamos que gradativamente a maternidade lésbica se materializa apesar da heteronormatividade vigente, resignificando, contornando ou se adaptando a esta, parindo outras possibilidades.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Heloísa B. **Família e Relações de Parentesco – contribuições antropológicas**. In: CARVALHO, José Sérgio (org.). **Direitos Humanos e Educação para a Democracia**, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BECKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1991.

BUTLER, Judith. **O Parentesco é Sempre tido como Heterossexual?** In Cadernos Pagu (21), Campinas, SP: 2003.

CADORET, Anne. **Des Parents Comme les Autres: homosexualité et parenté**. Paris: Odile Jacob, 2002.

CASTRO, Rosângela de Barros. **Amor e Ódio em Relações “Conjugays”**. In: GROSSI,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Miriam; Uziel, Anna Paula; Mello, Luiz (organizadores). **Conjugalidades, Parentalidades e Identidades Lésbicas, Gays e Travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

DESCOUTURES, Virginie. **LesMèresLesbiennes**. Paris: PressesUniversitaires de France, 2010

GROSSI, Miriam; Uziel, Anna Paula; Mello, Luiz (organizadores). **Conjugalidades, Parentalidades e Identidades Lésbicas, Gays e Travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é Par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004

HERITIER, Françoise. **A Coxa de Júpiter: reflexões sobre os novos modos de procriação**. Estudos Feministas, v. 8, n. 1, 2000.

HERITIER, Françoise. **La Valence Différentielle des Sexes au Fondement de la Société?** In: HÉRITIER, Françoise. Masculin, Féminin: la pensée de la différence. Paris: Odile.Jacob, 1996.

HERRERA, Florencia. **La Otra Mamá: madres no biológicas en la pareja lésbica**. In: GROSSI, Miriam; Uziel, Anna Paula; Mello, Luiz (organizadores). **Conjugalidades, Parentalidades e Identidades Lésbicas, Gays e Travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **A Família**. In **O Olhar Distanciado**. Lisboa: Edições 70, 1966.

MAILFERT, Martha. **Homosexualité et Parentalité**. **Socio-anthropologie**[en ligne], N° 11, 2002. Disponível em:
<<http://www.socio-anthropologie.revues.org/index140.html>>

RAMIREZ-GALVEZ, Martha. **Novas Tecnologias Reprodutivas Conceptivas: fabricando a vida, fabricando o futuro**. Tese de doutorado, Campinas : UNICAMP, 2003.

FILME: A Excêntrica Família de Antônia, 1995. Diretor e roteirista: MarleenGorris.